

09 MAI 1986

## POLÍTICA

# Por que não se fala tanto em Constituinte?

A Constituinte dificilmente tem alcançado as manchetes dos jornais e os noticiários das rádios e televisões, ao contrário da eleição para governador. Essa situação foi detectada recentemente por pesquisas de opinião feitas pelos institutos especializados, cujos resultados mostraram não só desinteresse mas total desconhecimento, pelas camadas mais pobres da população, do significado da palavra "Constituinte".

Essa questão tem preocupado os juristas das mais diversas correntes, entre eles Goffredo da Silva Telles Júnior e Miguel Reale Júnior, ambos professores da USP — o primeiro, aposentado —, que atribuem as mais variadas causas ao fenômeno.

Para Reale, um dos integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais designada pelo governo para elaborar o anteprojeto da nova Constituição, a maior responsável pela pulverização do significado da Constituinte é a coincidência das datas: tanto as eleições majoritárias como as proporcionais realizam-se a 15 de novembro. Ao prever, de antemão, que isso aconteceria, Reale Jr. chegou a alertar sobre "os efeitos nocivos" que a realização das eleições na mesma data traria à Constituinte. Porém, tendo em vista que o fato já está consumado e não é mais possível fazer qualquer alteração nas datas, o jurista apresenta propostas para minimizar o efeito — na distribuição do horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, metade do tempo seria destinada ao debate em torno da Constituinte.

"Isso poderia ser feito da seguinte maneira: das duas horas concedidas pela Justiça Eleitoral para propaganda política, metade seria dedicada ao tema da Constituinte, que exige explanação mais longa. Aos partidos estaria reservada essa participação, a ser feita de forma concentrada: por exemplo, a cada dia um só partido faria o debate. Assim, haveria possibilidade de maior aproveitamento do tempo e participação de todos."

Reale Jr. acrescenta que sua sugestão de levar ao rádio e à televisão o debate em torno da Constituinte deverá estar apoiada na proposta do deputado Manoel Costa (PMDB-MG) que atualmente tramita no Congresso Nacional, cujo objetivo é controlar o abuso do poder econômico na propaganda eleitoral: "A concentração do debate por partidos e o controle do poder econômico na propaganda minimizarão significativamente os malefícios da coincidência de datas".

## Nada muda

Já o professor Goffredo da Silva Telles

Jr., atualmente faz uma análise bem diversa da de Reale Jr. Constituinte de 1946, o segundo mais votado em todo o Brasil, com 29 anos na época, Goffredo foi contra, desde o início, a forma como a próxima Constituinte será feita.

Ele defende a participação direta do povo como delegado-constituinte. Reconhece que a eleição para governador está polarizando e desviando as atenções, mas, antes de apontar as causas, Goffredo prefere traçar um paralelo entre o Brasil atual e o de 40 anos atrás: "O Brasil de hoje é completamente diferente. Em 45, saindo da ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, a democracia era ficção. A sociedade civil não se achava organizada. Naquele tempo não se ouvia a voz dos sindicatos, da OAB, Igreja e tantas

## Na USP, um grande debate sobre Constituinte.

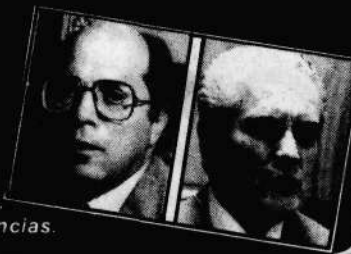
Começa segunda-feira, dia 12, e vai até o dia 16, no anfiteatro de convenções e congressos da USP, um seminário sob o tema "A Constituinte em Debate", patrocinado pela Faculdade de Filosofia da Universidade. O

seminário, chamado pelos organizadores de coloquio, terá entre vários outros debatedores, figuras como José Goldemberg, reitor da USP, Emir Sader, professor de Ciências Sociais da USP, Hélio Jaguaribe, cientista político, Mario Cesar Flores, diretor da Escola de Guerra Naval do Rio de Janeiro, Jorge Cunha Lima, secretário da Cultura do Estado de São Paulo, Marilena Chaui, professora de Filosofia da USP e uma das lideranças do

PT, Bolívar Lamounier, cientista político, Tércio Sampaio Ferraz e Francisco Weffort professor da USP e dirigente do PT. No primeiro debate da série, às 20h30 de segunda-feira, o tema será "Constituinte e Constituição: Genealogia de Conceitos". No dia 13 haverá três painéis: "Constituição e Contrato Social" (14h), "Democracia, Liberdade e Igualdade" (15h), "Democracia e

## Aqui dois juristas discutem o assunto

Miguel Reale Jr. e Goffredo da Silva Telles (fotos) falam da importância do tema, embora com divergências.



outras entidades que hoje influem decisivamente na política nacional. Atualmente o povo já fala através de seus representantes de classe, da comunidade de base e de instituições que representam legitimamente as diversas classes em que a população se divide".

"As preocupações com as eleições para governador estão tomando lugar das preocupações com a Constituinte", observa Goffredo, que aponta os motivos: "Não poderia deixar de ser assim, em virtude do erro calamitoso que foi a subordinação da Constituinte ao Congresso Nacional. Logo, o que houve foi uma substituição de tabuletas: a de Congresso Nacional pela de Assembléia Constituinte".

Para Goffredo, a consequência disso será "um Congresso Constituinte dominado pelas

mesmas lideranças de sempre e pela influência decisiva do Poder Executivo. Isto vai acarretar uma consequência inevitável: nada vai mudar". Mais: "Os atuais donos do poder vão continuar no poder e a nova Constituição Federal não vai ser diferente da atual na essência. Com isto, perdemos a extraordinária oportunidade de virar a página da história e dar ao Brasil uma Constituição que atenda às profundas exigências sociais do momento em que vivemos. Este é o motivo do desinteresse manifestado pela população em geral".

## Legitimidade

Contestando tais afirmações, Reale Jr. garante que a Constituinte será legítima. Diz que o povo, apesar de tudo, tem participado

Coloquio. "A Constituição do Poder Político". Em Gramado, no Rio Grande do Sul, abriu-se anteontem o II Fórum Brasileiro da Justiça do Trabalho, com o objetivo de dar subsídios à Constituinte Ontem, nos primeiros debates, foi exposta a tese de que a Lei de Greve baixada em 64, deve mudar. Amanhã o jurista Arnaldo Sussekind vai defender a inclusão de normas para a Informática na futura Constituição

ativamente dos trabalhos da Comissão Constituinte, "enviando milhares e milhares de sugestões em tamanha quantidade que quase não dá tempo de lê-las todas. São sugestões de entidades de trabalhadores rurais, de favelas, até de empresários de mineração, da borracha, associações de bairros, órgãos oficiais, entre tantas outras".

"O povo hoje diz não aos currais eleitorais e utiliza a Constituinte como um meio para ampliar a forma de opção eleitoral. O que tenho visto pelo Brasil todo — apesar das dificuldades apontadas — é um profundo interesse em torno da Constituinte, por diversas camadas da população."

Já Goffredo Silva Telles não evita críticas ao sistema de representatividade no Brasil, que segundo ele é falho — daí a razão de esta Constituinte não ser autêntica: "No Brasil a representação política tem sido um mito, uma ficção. Ninguém, em sã consciência, poderá dizer que se acha representado pelo Congresso Nacional. Forças econômicas, interesses de toda ordem, este estado de coisas sempre teve as mais variadas causas. Preconceitos doutrinários arraigados, a ignorância de grande parte da população, tudo isso determinou o fracasso, no Brasil, do princípio de uma autêntica democracia".

"Dentro das circunstâncias atuais, o que compete a cada um de nós é fazer o possível para influir no Congresso Constituinte, a fim de diminuir ao máximo os erros que preconizamos", sugere Goffredo.

## Três poderes

Reale Jr. admite que, na briga com a eleição para governador, a Constituinte está em desvantagem em relação ao Poder Executivo e o que ela representa para o povo. Isso levando em conta que o governo, no Brasil, é exercido pelo Executivo e não conjuntamente, e em equilíbrio, com o Judiciário e o Legislativo, como preconiza o princípio constitucional de tripartição de poderes: "A figura do Executivo, que exerce o poder isoladamente, atrai mais a atenção do povo justamente por significar o centro das decisões".

Outro ponto que o jurista destaca é o pequeno espaço que a imprensa concede à matéria: "Os meios de comunicação têm grande responsabilidade de retomar, ou, antes ainda, tomar a condução dos debates. Se não fosse a Comissão Constituinte, os jornais não estariam divulgando e dando o destaque que o assunto merece. Nesse sentido, a Comissão exerce um papel fundamental, de trazer à baila os assuntos constitucionais".

Meg Asamura